

**Políticas públicas de ações afirmativas:
desafios enfrentados por indígenas discentes na graduação da Universidade Federal do Pará**

*Public policies for affirmative actions:
challenges faced by Indigenous students during undergraduate degree at Federal University of Pará*

*Políticas públicas de acciones afirmativas:
desafios enfrentados por estudiantes indígenas de graduación en la Universidad Federal de Pará*

Gabriel Silva Braga¹
Universidade Federal do Pará

Denise Machado Cardoso²
Universidade Federal do Pará

Resumo: A luta dos povos indígenas ganhou destaque em atuações conjuntas com outros movimentos sociais no período da Ditadura Militar (1964-1985). Dentre as pautas reivindicadas, o acesso às universidades é uma das principais. Na Universidade Federal do Pará (UFPA), essa medida se concretizou em 2010, com o Processo Seletivo Especial (PSE). Neste artigo, pretende-se identificar quais são os desafios enfrentados na UFPA pelos indígenas discentes durante a graduação. Para realizar esta pesquisa, entrevistaram-se cinco graduandos. Assim, observou-se que a discriminação vivenciada nos espaços de sala de aula (tanto por discentes, quanto por docentes), a falta de preparo dos funcionários da universidade e a burocracia de editais para assistência estudantil são problemas enfrentados durante a graduação.

Palavras-chave: Movimento indígena. Políticas públicas. Ações afirmativas. Ensino superior.

Abstract: The Indigenous peoples' struggles gained prominence in their actions together with other social movements during the Military Dictatorship period (1964-1985). Among the claimed agendas, access to higher education is one of the main ones. At the Federal University of Pará (UFPA), this measure was implemented in 2010 with the Special Selective Process (PSE). In this article, we intend to identify the challenges faced at UFPA by indigenous students during undergraduate degree. To carry out this research, five students were interviewed. Thus, it was observed the discrimination experienced in classroom spaces (both by students and professors), the lack of preparation of university employees, and the bureaucracy of open announcement for student assistance are problems faced during undergraduate degree.

Keywords: Indigenous movement. Public policy. Affirmative Actions. Higher education.

Resumen: La lucha de los pueblos indígenas adquirió mayor relevancia al plantear acciones en conjunto con otros movimientos sociales durante el periodo de la dictadura militar (1964-1985).

¹ Discente de graduação em Licenciatura em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil. Bolsista PIBIC-AF/UFPA 2021-2022, orientado da Prof.^a Dr.^a Denise Machado Cardoso. E-mail: gabriel.braga@ifch.ufpa.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6883535224214751>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4159-4688>.

² Doutora. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA). Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil. E-mail: denise@ufpa.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2685857306168366>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4992-8286>.

Entre estas pautas históricas, el acceso a la educación superior es una de las principales. En la Universidad Federal de Pará (UFPA), la medida se implementó en 2010 con el Proceso de Selección Especial (PSE). Este artículo pretende identificar los desafíos que enfrentan los estudiantes indígenas en la UFPA durante su graduación. Para la realización de esta investigación se entrevistó a cinco estudiantes de pregrado. Así, se observó que la discriminación vivida en los espacios de las aulas (tanto por estudiantes como por profesores), la falta de preparación de los empleados universitarios y la burocracia de los avisos públicos para la asistencia de los estudiantes son problemas que se enfrentan durante la graduación.

Palabras clave: Movimiento indígena. Políticas públicas. Acciones afirmativas. Educación superior.

Recebido em: 17 de dezembro de 2021

Aceito em: 14 de janeiro de 2022

Introdução

Os direitos políticos de grupos historicamente oprimidos são pautas de reivindicações em espaços dos movimentos sociais e em lugares estratégicos para o avanço da democracia no Brasil. Muitas produções acadêmicas carregam um potencial para ajudar na elaboração de novos projetos de políticas públicas, cujo propósito envolve a diminuição das desigualdades sociais. Dentro dessa multiplicidade de reivindicações, os povos indígenas constituem uma parcela organizada para ocupar espaços de decisões políticas e fomento de debates sobre os rumos do país, a exemplo do que são as universidades. Nesse sentido, Gohn (2013) caracteriza os movimentos sociais como ações coletivas das demandas e reivindicações da população de caráter sociopolítico; ações que, por sua vez, possibilitam diferentes métodos de organização.

De acordo com o que se aprende no ensino básico, o processo de ocupação do território brasileiro marcou o primeiro contato dos indígenas com o mundo dos brancos, que negativamente afetaram o modo de vida destas populações com as diversas doenças europeias trazidas, a marca da escravidão e, além disso, com sua expulsão dos territórios tradicionalmente habitados. Com intuito de reparação histórica, tanto as políticas públicas quanto as leis instituídas no marco da Carta Magna de 1988 objetivam diminuir os reflexos dessas violências.

Destacam-se, dentre essas políticas, a saúde em atenção básica às especificidades de cada povo com tratamento que respeite as culturas e com profissionais especializados situados em locais de fácil acesso para as aldeias não tão distantes dos grandes centros urbanos (BRITO, 2020). Do mesmo modo, a educação básica integra os pilares citados anteriormente, pois se reivindica que sua prática seja diferenciada, adequada à cultura de

cada povo específico, bilíngue e com o exercício da interculturalidade³. Na mesma medida, são demandadas ações incentivadoras para a continuidade dos estudos até o nível superior (BANIWA, 2006). Por fim, a legalização de terras ocupadas está inserida, também, no contexto de reivindicações dos povos indígenas, uma vez que esta é uma pauta histórica do movimento. Na Constituição brasileira, no artigo 231º, “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988). Porém, em recentes julgamentos no Supremo Tribunal Federal (STF), abriram-se margens para o argumento do Marco Temporal, cujo fundamento é a validação destas terras a partir de 1988.

Assim, o segundo semestre de 2021 teve início com um grande encontro de povos tradicionais em Brasília, no Acampamento Terra Livre (ATL), para quando estava marcado inicialmente o julgamento no STF, no dia 25 de agosto (ISTOÉ, 2021). Este, contudo, sofreu adiamentos constantes. Diversas lideranças e militantes dos movimentos sociais prestaram apoio à necessária luta que se travava, pois uma vez aprovada a tese do marco temporal, ocorrerá o apagamento da história do que estas pessoas sofreram em função dos colonizadores, bem como — mais recentemente — de fazendeiros e garimpeiros. Apesar das políticas firmadas nos textos legais do Estado, existe uma grande dificuldade de efetivá-las e garantir proteção aos indígenas diante dos perigos do garimpo, do extrativismo predatório e das violências articuladas por latifundiários.

A partir da pesquisa bibliográfica inspirada na obra de Daniel Munduruku (2012) — precisamente nas contribuições que tratam das lutas indígenas do século XX no campo da política e do Movimento Indígena voltado para a educação dos seus militantes —, percebe-se a necessidade do preparo dos indígenas desde muito novos para esses enfrentamentos. Além de vivenciarem as negligências do Estado, visto que este não efetiva seus direitos garantidos, os povos indígenas são percebidos pelo senso comum sob a ótica do atraso, sendo compreendidos como necessitados de inclusão à sociedade moderna e sem cultura. Assis (2014), ao debater sobre a colonialidade em diálogo com autores latino-americanos, enfatiza essa contínua ação do capitalismo sobre os indivíduos, mesmo após o fim do regime de colônias. Isto é, existe a necessidade de colonizar os saberes sob a ótica desenvolvimentista, a fim de buscar o lucro, bem como permear a visão destes colonizadores do norte global.

³ Este conceito envolve o processo de aprendizagem, onde há trocas de saberes entre quem ensina e quem aprende, isto é, o diálogo entre os diferentes (BANIWA, 2006).

São necessárias, então, as discussões sobre como superar tais adversidades nos distintos âmbitos sociais. Munduruku (2012) considera a educação uma ferramenta com potencial de transformar o Estado, a sociedade brasileira e a visão estereotipada que ela carrega dos povos indígenas. Como forma de contornar essas dificuldades, no final do século XX e início dos anos 2000 o Movimento Indígena iniciou o debate sobre inclusão no ensino superior nos cursos de graduação e pós-graduação. Objetivou-se, com isso, construir uma intelectualidade indígena e formar militantes que pudessem atuar no movimento, a partir da confluência dos saberes tradicionais das comunidades com os conhecimentos acadêmicos.

Esta pesquisa inclui-se nesse importante debate, o qual avançou bastante a partir da política de reserva de vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em 2012 — conhecida como Lei de Cotas (Lei Nº 12.711) —, em que se obteve a garantia de cotistas negros (pretos e pardos) e indígenas nas IFES. Esse ingresso no ensino superior é um reflexo das desigualdades sociais existentes no Brasil, sobretudo no aspecto educacional, cujo acesso ao ensino é desproporcional no país.

Tais discrepâncias advêm de um passado caracterizado pela escravidão, que marcou profundamente a sociedade brasileira com a utilização do trabalho forçado de negros e indígenas (CAVALCANTI; FERRAZ DE SIQUEIRA; DA SILVA, 2020). Além disso, políticas de Estado foram promovidas para o embranquecimento do Brasil a partir da mestiçagem como ideologia dominante; ou seja, o ideal de harmonia entre europeus, brancos e indígenas enquanto raças que não receberam diferentes tratamentos ao longo da história fomentou o imaginário de que não existe racismo no país (KYRILLOS, 2020). Estes elementos indicam que os danos da discriminação étnico-racial são profundos, complexos, afetam aspectos sociais diversos e impedem que a sociedade reconheça seu passado e sua identidade.

Nesse sentido, a emergência das cotas étnico-raciais é crucial para reverter o passado de exclusão das populações negra e indígena por meio de uma reparação histórica às populações violentadas pelas desigualdades sociais (CAVALCANTI; FERRAZ DE SIQUEIRA; DA SILVA, 2020). A partir desse contexto, as políticas de ações afirmativas se justificam como necessárias para compreender a realidade político-social tanto dos povos indígenas, quanto da população negra. O pioneirismo da Universidade de Brasília (Unb) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) foram fundamentais, tendo estas sido as primeiras a aprovar um sistema de reserva de vagas, em 2003 (CAVALCANTI; FERRAZ DE SIQUEIRA; DA SILVA, 2020).

Na Universidade Federal do Pará (UFPA), lideranças do movimento indígena do estado do Pará e docentes parceiros da luta iniciaram discussões sobre a inserção de indígenas na instituição antes da lei ser efetivada. Esta parceria originou o Processo Seletivo Especial (PSE) em 2010, cujo vestibular diferenciado é exclusivo para indígenas e quilombolas adentrarem na UFPA.

Este artigo é resultado do plano de trabalho de iniciação científica, financiado pela UFPA, de título “Desafios das Políticas Públicas de Ações Afirmativas: Estudantes universitários indígenas”. Coordenado pela Prof.^a Dr.^a Denise Machado Cardoso, o plano de trabalho ingressa o projeto de pesquisa “Políticas Públicas de Ações Afirmativas na UFPA: Desafios e estratégias de estudantes indígenas para permanência em cursos de graduação”, iniciado em 2019 e finalizado em 2021. Este artigo será utilizado como subsídio ao Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) em Licenciatura em Ciências Sociais.

Almeja-se, por conseguinte, descobrir quais os desafios enfrentados pelos discentes na graduação da UFPA. O que os impede de concluir o curso? Como superar esses percalços? Como a UFPA auxilia os discentes para que não ocorra muitas desistências? Estas questões foram norteadoras para o desenvolvimento desta pesquisa. Para realizar a investigação, escolheu-se a análise qualitativa. Inicialmente, foi realizado o levantamento bibliográfico com catalogação de livros, artigos e revistas, a fim de permitir a fundamentação teórico-filosófica e epistemológica sobre o tema e subsidiar a discussão, bem como a análise do estudo. Em seguida, elencou-se a atuação em campo nos espaços da UFPA, especialmente no pavilhão da diversidade (bloco D, que agrega as associações de representação discente em um corredor de salas), que estabeleceu as bases para o diálogo com os indígenas graduandos, a partir das entrevistas e conversas informais (quadro 01). Vale ressaltar que as entrevistas se restringiram ao campus de Belém. O primeiro passo constituiu na formulação de um roteiro de perguntas (quadro 02) para os entrevistados; em seguida, entrevistamos presencialmente os discentes indicados pela Associação dos Povos Indígenas Estudantes da UFPA (APYEUFPA) e, posteriormente, as entrevistas foram conduzidas com o intermédio de plataformas digitais. Para analisá-las, consideraram-se as produções previamente estudadas e os apontamentos dessas bibliografias com a finalidade de elaborar uma síntese dos elementos apresentados pelos estudantes acerca dos questionamentos fomentados.

Durante a execução do projeto, sobretudo a partir de março de 2020, encontraram-se extremas dificuldades devido à Covid-19. Embora estivesse na finalização do plano de trabalho supramencionado, tentou-se uma segunda rodada de conversas com os protagonistas. Contudo,

muitos discentes voltaram para os municípios de origem — tanto para o interior do Pará, quanto para outros estados —, e a UFPA paralisou as atividades presenciais. No início da pandemia, a maior dificuldade enfrentada foi a conexão com a internet — mecanismo que possibilitaria a conversa com os discentes acerca da temática do projeto — e as infelicidades de perder amigos e parentes, o que abalou o psicológico de muitos.

Movimento indígena e a educação superior

As lutas travadas pelos movimentos indígenas são históricas. Elas resistem às constantes tentativas de invasão aos seus territórios, bem como às tentativas de genocídio de povos e culturas no Brasil. No entendimento de Munduruku (2012), no período de 1970, os movimentos indígenas insurgiram a partir dos desafios da conjuntura política no Brasil, visto que se tratava de um período crítico, com a Ditadura Militar (1964-1985) em pleno vigor. Nesse sentido, Valente (2017) analisa a trajetória dos povos indígenas durante esse regime autoritário a partir de sua produção de cunho jornalístico, que enfatiza o caráter genocida do Estado brasileiro durante estes anos para consolidar o capitalismo nas regiões brasileiras. Um exemplo fatídico desse intervalo é a construção da Rodovia Transamazônica no estado do Pará, cujos danos afetaram diretamente povos da região (como os Parakanã, Asurini e Waimiri-Atroari) e possibilitou a atuação de missões religiosas junto aos indígenas, o que gerou uma visão integracionista destas populações a um mundo civilizado, de acordo com a lógica colonial (VALENTE, 2017).

Em resposta a essas atuações do Estado, lideranças foram forjadas e fortalecidas diante do mencionado panorama, porém ocorreram perseguições a estas figuras (VALENTE, 2017). Dentre elas, destaca-se a atuação do guarani Marçal de Souza (1920-1983) pelo protagonismo político e por ter realizado falas de denúncia junto ao papa João Paulo II nos anos de 1970 e 1980 (VALENTE, 2017). Outro destaque é Mário Juruna (1942-2002), cuja luta por direitos aos povos indígenas chegou ao Congresso Nacional quando foi deputado federal de 1983 a 1987, pelo Rio de Janeiro (MENDONÇA, 2018).

A emergência de ativistas em defesa da democracia — tal como a articulação ampla dos movimentos sociais e movimentos indígenas — foi responsável por inserir estes povos nas frentes atuantes pela liberdade democrática. Este envolvimento histórico nas dinâmicas políticas possibilitou o avanço nas reivindicações importantes dos indígenas durante esse momento de efervescência dos movimentos, cujo auge foi a Constituição Federal de 1988, que garante reconhecimento e respeito à cultura dos povos indígenas brasileiros. Assim, percebe-se a importância da continuidade das pautas de ativistas históricos dos movimentos

indígenas para ocupar novos espaços de poder, como as universidades — instituição estratégica para conceber políticas públicas para povos indígenas.

Em relação à demanda para acesso à educação superior, Lima (2012) agrega em grande sentido por debater os desafios destes povos na universidade, haja vista a urgência de entender as necessidades dos indígenas de se apropriarem de conhecimentos e outras formas de tradição do compartilhamento do saber — sem desligarem-se, contudo, de suas formações socioculturais.

Além das contribuições de Lima (2012) e Munduruku (2012), cabe mencionar Baniwa (2006), que apresenta uma qualitativa síntese sobre a historicidade das lutas, conquistas, desafios e fases do movimento indígena. A Constituição Federal do Brasil de 1988 garantiu direitos nunca conquistados por essas populações, sobretudo em relação às suas culturas, rituais diferenciados e demarcação de terras. A organização de associações formais nos motes da burocracia do Estado permitiu a articulação nacional com outros povos indígenas. Estas associações, por sua vez, foram responsáveis por forjar diversas lideranças para o movimento (BANIWA, 2006). Consequentemente, houve consolidação das lutas unificadas que objetivavam a conquista contínua de direitos e, sobretudo, a ocupação de espaços estratégicos, a exemplo do ensino superior, como contribuição a essas lutas. Nesse ritmo, os povos indígenas continuamente travaram batalhas árduas pela defesa do direito aos estudos — o que, em teoria, é garantido pela Carta Magna brasileira —, mas a socialização acarretou certas especificidades a esses povos que precisavam ser atendidas, como um processo de ingresso às universidades de maneira diferenciada.

Nesse contexto, é imprescindível salientar a agenda de luta indígena como mecanismo de sobrevivência, a exemplo da “defesa e garantia da terra, a defesa do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e a saúde indígena diferenciada” (BANIWA, 2006, p. 156). O reconhecimento da interculturalidade e de uma educação diferenciada também se mostram essenciais no processo de autonomia dos povos indígenas, uma vez que respeita seus saberes e particularidades distintas do mundo dos brancos. Dessa forma, o acesso ao ensino superior caracterizou-se como estratégico às lutas por direitos coletivos, uma vez que esta intelectualidade foi suscitada a partir dos implementos das escolas indígenas, em que a demanda pelo ingresso no ensino superior crescia gradativamente. Entretanto, tratava-se à época de um espaço quase inacessível em função da baixa presença de pessoas socioeconomicamente desfavorecidas.

Como enfatiza Ana Carla Pimentel (2019), a universidade foi criada para atender a uma parcela específica da sociedade, a qual sempre teve acesso à educação de qualidade e

recursos econômicos, ou seja: uma parcela elitizada. Por outro lado, à população pobre, aos indígenas e quilombolas, foi negado o acesso a esse espaço privilegiado. Essa contestação foi percebida pelas populações indígenas, porém a sua atuação era de cobrança às instituições públicas em consonância com movimentos sociais para transformar essa realidade. Assim, a partir de 1990 houve o incremento de propostas de Políticas de Ações Afirmativas (PAA), que foram aderidas tanto pelos governos, quanto pelas redes de ensino público e privado (BANIWA, 2006). As PAA nas universidades são fundamentais para garantir a igualdade entre indígenas e não indígenas. De acordo com Feres Júnior *et al.* (2018, p. 13), é possível definir “ação afirmativa todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo”.

Assim, o ingresso de indígenas nas universidades ocorreu paulatinamente em locais isolados, visto que poucas Instituições Ensino Superior (IES) ofereciam alguma medida inclusiva. A Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no intuito de incluir esses discentes em processos seletivos, implementou “políticas de interiorização de ensino e pesquisa”. Outros exemplos foram seguidos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), onde se faziam parcerias não só com as instituições públicas, mas com setores privados de ensino superior, com bolsa de estudos. Dentre essas participações, destaca-se a experiência de alunos na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), ainda na década de 1990.

Os debates sobre o acesso desses estudantes foram se aprofundando a nível nacional e no Congresso brasileiro, o que resultou na política afirmativa de reserva de vagas por meio das cotas. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou no Senado a Lei nº 12.711, conhecida como “Lei de Cotas”, cuja meta era a reserva de 50% de vagas para cursos de graduação para estudantes provenientes de escolas públicas, com renda per capita de até 1,5 salário, e para pretos, pardos e indígenas (BRASIL, 2012). O objetivo claro desta medida foi acelerar o processo de igualdade social a partir do ingresso nas instituições federais de ensino superior. Entretanto, no caso dos indígenas, a simples entrada por esta reserva de cotas ampla não era o suficiente, dado que grande parte destas populações possuem processos educacionais diferenciados por conta de demandas socioculturais. Assim, foi imprescindível o implemento do Processo Seletivo Especial (PSE) como forma de acesso à UFPA, conquistado com a luta dos povos indígenas e docentes parceiros no debate sobre reserva de vagas⁴.

⁴ Vale ressaltar a importância do Grupo de Estudos Afro-Amazônicos (GEAM/UFPA) como grande incentivador das ações afirmativas para ampliar o ingresso de pessoas negras (em especial às pessoas pretas)

Foi criada a reserva de vagas para indígenas através da Resolução N° 3.689, de 22 de junho de 2009, a qual fica reservada duas vagas por acréscimo de indígenas nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará, via seleção diferenciada. Através da luta de diversos movimentos sociais, movimento indígena, como da Associação dos Povos Indígenas do Tocantins (APITO) e por meio de estudos junto ao Ministério Público do Pará (MP-PA) para a viabilização das vagas destinadas a esse grupo (PIMENTEL, 2019, p. 37).

Percebe-se, portanto, a antecedência da UFPA, via resolução aprovada em sessão do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Todavia, o início desse implemento mostrou desafios internos para a universidade que ainda perduram, como demonstram as citações das entrevistas — que virão a seguir — realizadas com alguns estudantes indígenas. Apesar de agregar essas pessoas ao espaço universitário, não houve a preparação de professores, funcionários e demais trabalhadores da academia. Onze anos após a resolução supracitada, ainda são recorrentes os comentários racistas em relação aos discentes, um verdadeiro ataque aos preceitos da igualdade presentes na Constituição Federal. As Políticas de Ações Afirmativas (PAA), nesse sentido, são necessárias para envolver a pluralidade presente no país, pois fomenta o convívio entre distintas vivências. Isto significa, de acordo com Fernandes (2018), a necessidade de atender às diferenças dentro das IES e dialogar com os saberes tradicionais dentro do rigor acadêmico, ou seja: a universidade não pode ser pensada sob um prisma excludente.

Dentro das dificuldades de se pensar essa instituição em uma perspectiva democrática e acolhedora para os discentes que adentram nela a partir de ações afirmativas, o racismo se mostra catalisador para retrocessos nas conquistas dessa promoção da igualdade. Não à toa houve relatos na UFPA de estudantes serem parados na portaria pelos seguranças em função de suas pinturas corporais, por serem negros e negras ou trajarem vestimentas consideradas simples. No ‘Seminário Nacional: Inclusão, Acessibilidade e Diversidade’, ocorrido no Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFPA, foi relatado pela Prof.^a Dr.^a Zélia Amador de Deus o impedimento de uma estudante de defender seu TCC por estar utilizando um cocar, o que mostra um claro desafio para a efetivação das PAA.

O que os indígenas questionam e reivindicam é a possibilidade de eles também manipularem o conhecimento acadêmico. Todavia não é a manipulação de qualquer forma, ou do modo como vem sendo construída pela ciência eurocêntrica, que é excludente e que coloca a propositura de

nos cursos da UFPA. Além do próprio Grupo de Estudos sobre Populações Indígenas Eneida Corrêa de Assis (GEPI/UFPA), em relação às especificidades das demandas dos povos indígenas na instituição.

seu método acima de qualquer suspeita para o estabelecimento da verdade (MACHADO, 2019, p. 51).

Considerando o objetivo de trabalhar nas dificuldades a serem superadas pelas políticas afirmativas, acredita-se que casos como esse carecem de estudos. Vencer esses desafios demandará tempo, pois esse espaço sofre uma recente mudança no perfil dos estudantes, os quais integram gerações iniciais de sujeitos cotistas que paulatinamente transformarão as universidades.

Das vivências na UFPA: conversa com os protagonistas

O processo de construção de contato com os indígenas discentes foi facilitado pela representante da Associação dos Povos Indígenas Estudantes da UFPA (APYEUFPA), do curso de Licenciatura em Ciências Sociais. A entidade de representação estudantil na universidade é responsável por efetivar o diálogo entre corpo docente, administração superior e discentes, isto é, a APYEUFPA é eixo estruturante ao qual os indígenas recorrem e apresentam suas reivindicações.

A entidade dos discentes indígenas possui amplo reconhecimento a nível nacional por sua organização, engajamento e por ser atuante no vestibular indígena ao participar da construção do PSE, seja nas entrevistas, seja no acolhimento de novos calouros. Fundada em 2011, a APYEUFPA surgiu como necessidade diante da negligência da instituição frente ao envolvimento nos espaços da universidade, visto que muitos não se conheciam e enfrentavam desafios da permanência na graduação (FERNANDES, 2018). Outrossim, os discentes da pós-graduação foram essenciais para fundar a entidade. Contudo, segundo Fernandes (2018), ainda que os pós-graduandos tivessem mais tempo na instituição, dar conta desta demanda foi um grande obstáculo, posto que nessa época havia apenas três pós-graduandos na UFPA. O autor reforça ainda que as principais adversidades da primeira turma em 2010 eram o contato com a informática básica, manuseio de computadores e demais meios necessários para a academia, mas, a partir de iniciativas de cursos de informática básica e a consequente estruturação da APYEUFPA, essa problemática foi contornada.

Contataram-se, então, com a mediação da representante da entidade, os discentes no pavilhão de salas das associações no bloco D para que eles pudessem participar das entrevistas. Ao total, conversamos com cinco pessoas de distintos institutos da UFPA, no campus de Belém, com grande participação de discentes do ano de 2018 (ano de maior ingresso de indígenas discentes na graduação, de acordo com a Figura 02).

Quadro 01 – Respostas das entrevistas com os discentes

DISCENTES, INSTITUTOS, CURSOS E ANO DE INGRESSO NA UFPA	PRINCIPAIS DESAFIOS RELATADOS
<p>Discente 01 – ILC Curso: Comunicação Social Ano de Ingresso: 2018</p>	<p>Despreparo institucional para receber os discentes indígenas; dificuldades com a burocracia de editais;</p>
<p>Discente 02 – IFCH Curso: Licenciatura em Ciências Sociais Ano de Ingresso: 2018</p>	<p>Despreparo institucional para receber os discentes indígenas; dificuldades com a burocracia de editais; comentários estereotipados; racismo epistêmico, em função dos seus conhecimentos (não interculturalidade);</p>
<p>Discente 03 – ITEC Curso: Engenharia Química Ano de Ingresso: 2019</p>	<p>Dificuldades em relação a algumas disciplinas na graduação, pois o ensino médio não conseguiu cobrir todas os conteúdos; comentários racistas em relação a sua cultura; dificuldades com a burocracia de editais;</p>
<p>Discente 04 – ITEC Curso: Engenharia Química Ano de Ingresso: 2018</p>	<p>Despreparo institucional para receber os discentes indígenas; dificuldades com a burocracia de editais; exclusão por parte de professores e alunos em sala de aula; racismo em função de seu estereótipo;</p>
<p>Discente 05 – ICS Curso: Medicina Ano de Ingresso: 2019</p>	<p>Dificuldades financeiras com o primeiro curso (Odontologia), pois os gastos não eram cobertos pela bolsa de assistência estudantil (o discente citou gastos de aproximadamente 5 mil reais em um semestre), o que ocasionou troca de curso para medicina; ouviu piadas a respeito de ser indígena;</p>

Fonte: Quadro construído pelo autor e pela autora baseado em Braga e Cardoso, 2021

Para realizar as conversas, estruturaram-se cinco perguntas (quadro 02) para nortear o diálogo, a fim de perceber quais são os desafios, como estes são superados e

de que forma a UFPA se compromete com os discentes. Para esta pesquisa, duas mulheres e três homens foram entrevistados.

Quadro 02 – Perguntas norteadoras para as entrevistas

QUESTIONAMENTOS PARA AS ENTREVISTAS
Quais são os desafios enfrentados dentro da universidade?
Você já foi vítima de racismo dentro da UFPA?
Foi discriminado/a pelos colegas de sala, por professores ou demais funcionários que trabalham na UFPA?
A quais mecanismos você recorre quando enfrenta alguma dificuldade na UFPA?
De que maneira a UFPA lhe ajuda para permanecer no seu curso?

Fonte: Quadro construído pelo autor e pela autora, 2021

O quadro 01 aborda de forma resumida os principais apontamentos nas respostas dos discentes no tocante aos desafios presentes nos cursos. Após o resultado das entrevistas, elencam-se os principais problemas enfrentados do ingresso via PSE ao fim da graduação:

a) *Permanência Estudantil*: os relatos mostram que a assistência ao estudante é fundamental para finalizar os cursos, pois muitos discentes escolhem o campus de Belém — uma vez que ele possui mais opções de graduação —, mas enfrentam os custos exacerbados dos grandes centros urbanos, os gastos com materiais de xerox, aluguel de casa, dentre outros fatores. Por isso, as bolsas de assistência são fundamentais para permanecer na UFPA. Porém, a ausência de editais ofertados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para os ingressantes dos anos de 2019, 2020 e 2021 prejudicou a graduação dos estudantes.

b) *Burocracia em Editais*: dentre as medidas necessárias para aprimoramento, destacam-se as dificuldades com os editais da universidade, cujos documentos solicitados são difíceis ou, em alguns casos, impossíveis de conseguir — a exemplo do terceiro discente do quadro 01, que relatou a exigência durante sua homologação de documento da FUNAI, porém Altamira (sua terra natal) não vale como aldeia indígena, e sim como cidade. Outrossim, um comentário tornou-se pertinente acerca da renovação de bolsa permanência para os discentes, em que precisavam submeter um documento toda vez que houvesse renovação: “*Todo ano pedem documento de comprovação étnica. É como se a gente tivesse que*

comprovar todo ano que a gente é indígena. É como se a gente tivesse entrando todo ano pelo PSE de novo”, comentou a segunda discente do quadro 01.

c) *Despreparo Institucional*: durante as entrevistas, percebeu-se que todos os cinco discentes sofreram com comentários infelizes de funcionários — tanto da UFPA, quanto das empresas contratadas de vigilância para a segurança do campus. Em um triste episódio, no começo de 2018, um grupo de discentes foi ao Centro de Registros e Indicadores Acadêmicos (CIAC) solicitar informações sobre as suas respectivas graduações. Lá, foram questionados dos motivos de estarem naquele espaço da universidade, como se não fossem capazes e estivessem incomodando.

d) *Dificuldades Advindas da Educação Básica*: a realidade de muitos discentes ingressos do PSE é atravessada pela ausência de valorização do ensino básico sem os devidos investimentos necessários nas escolas, o que acarreta sérias dificuldades com certas disciplinas do ensino superior. O ensino público nas escolas de ensino médio não possui a mesma qualidade em todo o Brasil, além de que, nos interiores e na região da Amazônia, há ainda muitas dificuldades. O terceiro discente do quadro 01 relatou adversidades devido à disciplina de Física no 2º grau ter sido pouco proveitosa.

e) *Racismo Institucional*: este tópico está intimamente atrelado à letra c (Despreparo Institucional), pois essas experiências possuem o racismo como base para difamações no interior da universidade. Todos os discentes relataram ouvir “piadas”, comentários sobre pinturas corporais, estereótipos sobre a identidade indígena e questionamentos sobre quem são. A exemplo do caso citado na introdução da discente em conclusão de TCC, as mulheres entrevistadas já foram questionadas sobre seus cabelos e vestimentas, por não performarem o senso comum do “índio”. O fundamento para essas ações passa por “um discurso ideológico com base na exclusão de certos grupos por causa da constituição biológica ou cultural desses grupos” (DEUS, 2020).

O debate sobre o racismo é intrínseco às estruturas do Estado e às relações de poder. Não se pode discutir este fenômeno sem interligá-lo com hierarquias, tendo em vista que ele é mecanismo das ideologias modernas de dominação e exclusão no sistema capitalista que rege as relações cotidianas (DEUS, 2020). Os relatos dos discentes sobre os estereótipos são atribuições dadas pelos que se consideram superiores ao usufruírem das relações de poder por não serem indígenas. Intrínseco a esse debate:

Levando-se em conta as atitudes racistas, o poder possui grande importância, e é capaz, também, de desempenhar vários papéis. O primeiro deles é o papel do poder no discurso racista. Esse poder é epistemologicamente exercido nas práticas de nomear e avaliar as vítimas do racismo. Nomeia e avalia quem possui o poder. Ao grupo ou

aos grupos desempoderados não cabe outra escolha, a não ser aceitar de forma passiva (DEUS, 2020, p. 37).

Dessa maneira, notam-se os problemas vivenciados na graduação como frutos de ideologias dominantes oriundas do racismo institucional e da desigualdade socioeconômica vigentes no Brasil desde a escravidão de povos negros e indígenas, tendo em vista que não houve medidas efetivas para a superação desta lógica nem garantias de vida digna para estas populações. Nesse sentido, de acordo com Santos *et al.* (2021, p. 03), define-se este racismo institucional como fruto “do racismo estrutural, que reflete nas instituições públicas e privadas de um Estado formado a partir de desigualdades raciais, resultante do regime de produção agroexportador, fundado na escravidão de indígenas nativos das Américas, africanos e seus descendentes”. Essa compreensão é importante, pois advém do passado de formação socioeconômica do Brasil. Ainda, Santos *et al.* (2021) afirmam que o racismo institucional se manifesta frequentemente não de forma intencional; porém, quando acontece de maneira acintosa, torna-se extremamente criminoso.

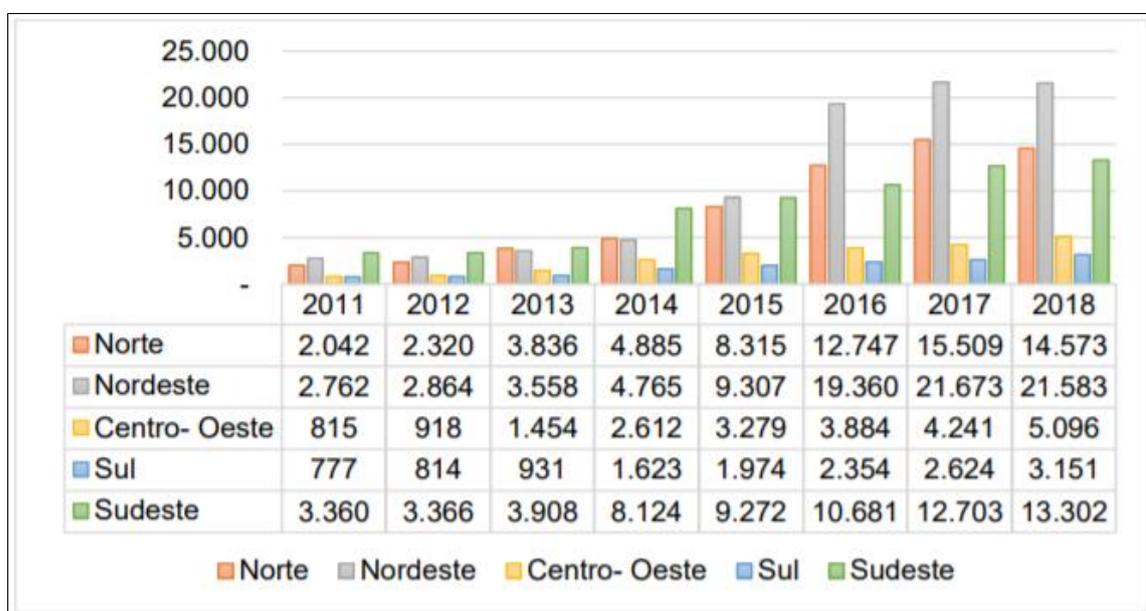
Para superar tais desafios, existem instâncias às quais os discentes podem recorrer. É possível denunciar casos de discriminação para a APYEUFPA, pois a associação se organiza para cobrar as instâncias superiores, como uma organização coletiva de estudantes que reivindica direitos na UFPA. Além disso, a Assessoria de Diversidade e Inclusão Social (ADIS/UFPA) é um órgão da instituição cuja responsabilidade é tratar casos de intolerância dentro do espaço universitário, sendo compreendido como um local possível para que os discentes denunciem casos de racismo. Vale ressaltar que tanto a APYEUFPA, quanto a ADIS/UFPA são atuantes para garantir a permanência dos indígenas discentes na universidade, pois ambas tratam de aspectos que ultrapassam as discriminações. Os discentes encontram em seus iguais um refúgio para completarem a graduação, pois acabam se ajudando com recursos financeiros, dividem aluguel — os que detêm mais condições econômicas ajudam quem não tem —, dentre outros.

O ingresso de indígenas e quilombolas na UFPA na graduação completou dez anos em 2020. Isso quer dizer que o avanço é recente e configura um processo em construção para a garantia da diversidade diante dos 64 anos que a UFPA possui. No entanto, ainda se enfrentarão muitas adversidades para a concretização de um bem-viver aos povos indígenas nas IFES, o qual também se mostra como um importante debate neste acesso ao ensino superior, pois, de acordo com Acosta (2016, p. 29), a concretização deste bem-viver será positiva para toda a comunidade, “um projeto que, ao haver somado inúmeras histórias de luta, resistência e propostas de mudança, e ao

nutrir-se de experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas”.

Para entender o histórico desses discentes nesta primeira década, buscou-se analisar dados gerais de matrícula de graduandos em cursos a distância e presencial (Figura 01) e o quantitativo de discentes matriculados entre 2010 a 2020 na UFPA (Figura 02). Os gráficos utilizados buscam correlacionar os números de matrículas nacionais e na UFPA de indígenas no ensino superior.

Figura 01 – Matrículas de Indígenas em Cursos de Graduação a Distância e Presencial por Região Entre 2011 e 2018, de Acordo com INEP



Fonte: Cardoso e Oliveira, 2021.

Os dados fornecidos por Cardoso e Oliveira (2021) na Figura 01 demonstram um avanço de matrículas na década passada, com protagonismo de instituições das regiões norte (64.227) e nordeste (85.872) na amostra utilizada. Um movimento constante de maior oferta de vagas reservadas para discentes indígenas. Cardoso e Oliveira (2021) ressaltam que estes dados refletem o número de matrículas, não o de matriculados, pois é possível que um mesmo estudante se matricule em mais de uma instituição. Percebe-se também um crescimento acima de 500%, em que as matrículas alavancaram de 9.756 em 2011, para 57.706 em 2018. Entre 2011 e 2018, 251.453 se matricularam em IES para cursos de graduação. Ademais, Cardoso e Oliveira (2021) ressaltam que, dentro da região Norte, o Pará lidera o número de matrículas desde 2015 (Amazonas e Roraima seguem a lista, respectivamente).

Em colaboração com os dados suscitados, Freitas *et al.* (2021) abordam aspectos relevantes dos avanços das ações afirmativas no país no período de 2013 a 2019 em IES estaduais e federais, em que, durante este período, ocorreu um crescimento progressivo na oferta de vagas reservadas para estudantes cotistas. De acordo com Freitas *et al.* (2021), em 2019 foram disponibilizadas 137.934 vagas reservadas e 125.352 para ampla concorrência; das reservas, 28% eram para recortes étnico-raciais. Certamente, esses dados demonstram uma progressiva evolução nas ofertas para discentes negros e indígenas, os quais enfrentavam dificuldades para adentrar em IES.

Figura 02 – Ingresso por Ano de Indígenas na Graduação da UFPA



Fonte: Gráfico construído pelo autor e pela autora a partir de dados do CIAC, 2021.

Ao analisar os dados fornecidos pelo CIAC na Figura 02, constata-se que houve um crescimento efetivo a partir de 2018 em relação ao início do PSE na UFPA em 2010, por um acompanhamento especializado da instituição com a ADIS/UFPA no processo. É imprescindível ressaltar que de 2010 a 2014 houve uma queda da entrada de estudantes indígenas, o que Fernandes (2018) justifica como sendo um reflexo de mudanças repentinas sem o diálogo com lideranças presentes na UFPA ou profissionais antropólogos que trabalham com a temática indígena. Vale ressaltar que estes dados fornecidos pelo CIAC apresentam os discentes efetivos após a homologação dos aprovados no processo.⁵

⁵ Compreendemos que a análise comparativa de discentes cotistas com recorte étnico-racial seria interessante, porém o órgão responsável não incluiu esses dados no censo da educação superior. Assim, indicamos nesse artigo a importância de disponibilizar esses números para compreender o alcance das ações afirmativas como política pública.

Fernandes (2018) relata que uma das grandes dificuldades dos estudantes foi a falta de assistência estudantil, o que refletia um sério risco à política de cotas para indígenas até 2014. Além disso, a inscrição para homologar a matrícula possuía um tempo insuficiente que não coincidia com os deslocamentos feitos dos locais de moradia até a universidade. Contudo, o episódio mais contundente foi em 2014. Este, ficou conhecido entre os indígenas como “PSE da Exclusão” por manter decisões unilaterais sem consulta às lideranças e aos antropólogos que ajudavam no processo — no qual apenas oito dos 14 discentes, segundo Fernandes (2018), continuaram na UFPA efetivamente para a graduação.

Desse modo, a partir das críticas realizadas ao PSE, as formas como ocorreram os editais seguintes e as estratégias para a permanência desses estudantes foram melhoradas. Nas entrevistas dos discentes 01 e 02 do quadro 01, relataram-se mudanças. Entre elas, no âmbito institucional, podem-se exemplificar o fato de que uma pessoa da Superintendência de Assistência Estudantil (Saest/UFPA) passou a atendê-los exclusivamente e da criação da ADIS/UFPA — que facilitou o contato entre os discentes e a administração superior.

Outrossim, os estudantes exigiram, também, palestras e conversas a fim de orientá-los na inscrição de bolsas tanto da UFPA, quanto do auxílio fornecido pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC). Ademais, a criação do bloco D (bloco da diversidade, um pavilhão de salas das associações com as devidas acomodações para o conforto dos estudantes) facilitou a articulação entre as lideranças estudantis que ingressaram por cotas em busca de direitos. Existem 04 associações discentes na UFPA: APYEUFPA, ADQ (Associação dos Discentes Quilombolas), ADD (Associação dos Discentes com Deficiência) e a AEE (Associação dos Estudantes Estrangeiros).

Sem dúvida, a criação APYEUFPA foi um dos fatores que potencializou os mecanismos de resistência dos indígenas e ajudou nas principais conquistas desses estudantes dentro da instituição. Assim, com a superação dos primeiros impasses institucionais, iniciaram-se novos desafios para as demandas que cresceram como forma de aprimorar o ingresso e a permanência desses discentes.

Das ações institucionais para permanecer na UFPA⁶

O debate sobre permanência estudantil é fundamental para discentes racializados, pois abrange horizontes econômicos e educacionais. A exemplo da APYEUFPA como órgão de referência de auto-organização para os indígenas, as ações

⁶ Vale ressaltar que esta seção é embasada em produção anteriormente publicada no 20º Congresso Brasileiro de Sociologia, que integra o projeto de pesquisa mencionado na introdução. A partir das contribuições do Comitê de Pesquisa 21 – Sociedade e Universidade, aprimoramos os apontamentos para constar neste artigo. Cf. Cardoso e Oliveira (2021).

institucionais também são mecanismos para se recorrer quando existem dificuldades. Dentre os mecanismos disponibilizados pela UFPA para manutenção dos discentes indígenas, encontram-se os auxílios da universidade e do MEC, como medida de ajudar na permanência ao longo da graduação. O auxílio Moradia – Indígenas, Quilombolas e Populações Tradicionais da UFPA oferece R\$ 400,00. O objetivo é alcançar discentes com vulnerabilidade socioeconômica. Para além desta ação, existe também o Programa de Bolsa Permanência. Este é financiado pelo MEC e acolhe o público de condição socioeconômica vulnerável. O requisito é cursar graduação presencialmente. Os valores para indígenas e quilombolas são de R\$ 900,00 e R\$ 400,00 para os demais.

Outrossim, a universidade encontra meios de auxílio para além da questão financeira. Conforme apontado por Cardoso e Oliveira (2021), existem projetos de extensão voltados para somar na formação em consonância com a graduação. No Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), o ‘IQ: Conhecimento e Resistência’ é um projeto de extensão que atende a estudantes indígenas e quilombolas, com propostas de apoio, educação intercultural e assessoria a este público. Ele é coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Amoras. Outro projeto importante funciona no Instituto de Ciências Biológicas (ICB), o Programa de Tutoria Quilombola e Indígena (PET-QI), sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Isabel Cabral, cuja função consiste em prestar assistências com informações para que seu público-alvo tenha melhores condições de se formar. A Assessoria de Diversidade e Inclusão Social (ADIS/UFPA) desenvolve, também, um papel importante no que se refere ao apoio institucional aos indígenas, pois além de estar localizada próximo ao bloco da diversidade, mostra-se como alternativa para denúncias de cunho racista e para atuar na garantia da diversidade nos espaços acadêmicos.

Ademais, no período de pandemia, Braga e Santos (2021) contextualizam as políticas adotadas pela UFPA no que se referem à permanência estudantil, as quais abarcam, inclusive, as ações afirmativas necessárias para discentes indígenas no Ensino Remoto Emergencial (ERE). Dentre as medidas adotadas, a reserva de chips para continuar os estudos, bem como de bolsas de alimentação — que eram destinadas com gratuidade durante o funcionamento do Restaurante Universitário em período extensivo —, foram medidas adotadas pela instituição a fim de auxiliar estes discentes. Em função da moradia e dos impactos causados pelo vírus nas aldeias que afetaram diretamente nos estudos, trata-se de um momento delicado para os povos indígenas — que carece, portanto, de futuras análises em nível de pesquisa científica.

Considerações finais

O processo de inclusão de discentes indígenas no ensino superior representa um passo importante no reconhecimento de parcelas populacionais historicamente excluídas da sociedade ou,

ainda, no reconhecimento de sujeitos que se encontravam à margem dos espaços institucionais em que se pensam direitos que abrangem o caráter democrático presente na Constituição. As lutas dos povos indígenas por uma educação diferenciada e por ocupar o espaço elitista universitário mostram-se como estratégicas para a garantia de direitos.

O objetivo desta pesquisa foi relatar quais eram os desafios vivenciados pelos indígenas discentes da graduação na UFPA, pois estudos como este se justificam pelo ingresso recente destes grupos excluídos nas universidades brasileiras, que não contavam com a participação de povos indígenas como estudantes e produtores de conhecimento desde o início do seu funcionamento. Nesse sentido, a adoção de um processo seletivo diferenciado para ingresso de indígenas nas IFES é necessária para agregar as especificidades dos povos indígenas, cujos conhecimentos são fundamentais para contribuição na pesquisa das respectivas universidades de suas regiões.

Contudo, para além do processo de entrada, é essencial a manutenção das melhorias para que os indígenas concluam seus cursos de graduação com o melhor aprendizado e com garantias de permanência. Conforme as discussões levantadas pelo material bibliográfico, bem como o relato dos protagonistas desta pesquisa, o racismo institucional, a falta de preparo por parte dos funcionários e a questão financeira são preocupantes para a formação dos discentes. Dessa forma, é responsabilidade das instituições superiores implementar mecanismos para sanar tais problemáticas, como promover cursos para uma educação intercultural e incentivar políticas de fiscalização e denúncias que sirvam de subsídio aos indígenas. A formação de profissionais indígenas para atuação na sociedade é benéfica para construir uma sociedade mais democrática, ligada à formação do seu país e que valorize a diversidade sociocultural brasileira.

Por fim, pretende-se continuar esta pesquisa futuramente. Os dados apresentados são importantes para a compreensão do fenômeno estudado e evidenciam, ainda, a necessidade de continuar a investigação científica acerca do ingresso de discentes indígenas. Em função disso, nosso objetivo é aprofundar estas análises em um projeto de pesquisa para produzir dissertação de mestrado, cujo objetivo será contribuir para as produções acerca das políticas de ações afirmativas.

Referências

ACOSTA, A. *O Bem Viver: Uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos*. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ASSIS, W. F. T. Do Colonialismo à Colonialidade: Expropriação Territorial na Periferia do Capitalismo. *Caderno CRH*, 2014, v. 27, n. 72, pp. 613-627. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300011>. Acesso em: 03 set. 2021.

BANIWA, G. D. S. L. *Índio Brasileiro: O Que Você Precisa Saber sobre Os Povos Indígenas no Brasil de Hoje*. Brasília: MEC/LACED/Museu Nacional, 2006.

BRAGA, G. S.; CARDOSO, D. M. Resistir para Existir: Estratégias de Indígenas Discentes para Concluir o Ensino Superior em Cursos de Graduação. In: IX Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: etnocídio e as estratégias de resistência, 2021, Campo Grande. *Anais do 9. Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: etnocídio e as estratégias de resistência*. Campo Grande, MS: UCDB, 2021. p. 285-294.

BRAGA, S. B.; SANTOS, T. F. A. M. D. A Permanência dos Estudantes no Ensino Superior em Tempos de Pandemia: Uma Análise A Partir das Ações de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pará. *REPOD – Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 10, n. 3, p. 1090-1106, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v10n3a2021-62374>. Acesso em: 17 dez. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1-2.

BRITO, C. A. G. A História da Saúde Indígena no Brasil e Os Desafios da Pandemia de Covid-19. In: Dominichi Miranda de Sá; Gisele Sanglard; Gilberto Hochman; Kaori Kodama. (Org.). *Diário da pandemia: o olhar dos historiadores*. 1.ed. Rio de Janeiro: HICITEC, 2020, v. 1, p. 111-120. Disponível em: <https://shortest.link/saudeindigena>. Acesso em: 13 set. 2021.

CARDOSO, D. M.; OLIVEIRA, A. M. A. D. Desafios no Ingresso e Permanência de Indígenas na Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA): 10 Anos de uma Política de Ação Afirmativa. In: 20º Congresso Brasileiro de Sociologia, *Anais Eletrônicos [...]*. n. 20, CP21 – Sociedade e Universidade, 2021, Belém. Disponível em: <https://shortest.link/sbssociologia>. Acesso em 17 dez. 2021.

CAVALCANTI, M. A.; FERRAZ DE SIQUEIRA, V. H.; DA SILVA, A. C. Políticas Públicas em Educação A Emergência do Dispositivo das Cotas Raciais. *Revista Valore*, v. 5, p. e-5014, jan. 2021. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/426>. Acesso em: 04 fev. 2022.

DEUS, Z. A. D. *Caminhos Trilhados na Luta Antirracista*. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A.; DAFLON, V. T.; VENTURINI, A. *Ação Afirmativa: História, Conceito e Debates*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

FERNANDES, E. A. *Políticas Afirmativas para Povos Indígenas: Sob O Olhar dos Protagonistas*. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jane Beltrão. 2018. 216f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

FREITAS, J. B. D.; PORTELA, P. E.; FERES JÚNIOR, J.; SÁ, I.; LIMA, L.; FLOR, J. As Políticas de Ação Afirmativa nas Universidades Federais e Estaduais (2013-2019). *Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA)*, IESP-UERJ, 2021, p. 1-33.

GOHN, M. D. G. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 2011, v. 16, n. 47, pp. 333-361. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>. Acesso em: 03 set. 2021.

KYRILLOS, G. M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 1, e56509, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509>. Acesso em: 24 jan. 2022.

LIMA, A. C. D. S. A Educação Superior de Indígenas no Brasil Contemporâneo: Reflexões sobre Ações do Projeto Trilhas do Conhecimento. *Revista História*, v.1, n.2, p.169-193, 2012. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHJ/article/view/46>. Acesso em: 13 set. 2021.

MACHADO, T. L. “NÃO SOMOS OBJETOS DE PESQUISA”: Em Busca de Uma Antropologia em Colaboração. *Revista FAEBA*, v. 28, n.56, p. 44-55, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeba/article/view/7849>. Acesso em: 13 set. 2021.

MENDONÇA, D. Espiral do Tempo: Tsitsina Xavante, Mário Juruna e A Luta dos Povos Indígenas no Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 02 mai. 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-luta-dos-povos-indigenas-no-brasil/>. Acesso em: 04 fev. 2022.

MUNDURUKU, D. *O Caráter Educativo do Movimento Indígena Brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

PIMENTEL, A. C. V. *Ações Afirmativas e os Desafios de Estudantes Quilombolas para sua Permanência na Universidade Federal do Pará: O que dizem os protagonistas*. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Denise Machado Cardoso. 2019. 188f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2019.

SANTOS, E. S. D.; GOMES, N. L.; SILVA, G. M. D.; BARROS, R. C. S. Racismo Institucional e Contratação de Docentes nas Universidades Federais Brasileiras. *Educação & Sociedade*, v. 42, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.253647>. Acesso em: 04 fev. 2022.

STF pode julgar neste 4º marco temporal para demarcação de terras indígenas. *ISTOÉ*, 25 ago. 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/stf-pode-julgar-nesta-4a-marco-temporal-para-demarcacao-de-terras-indigenas/>. Acesso em: 04 fev. 2022.

VALENTE, R. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.